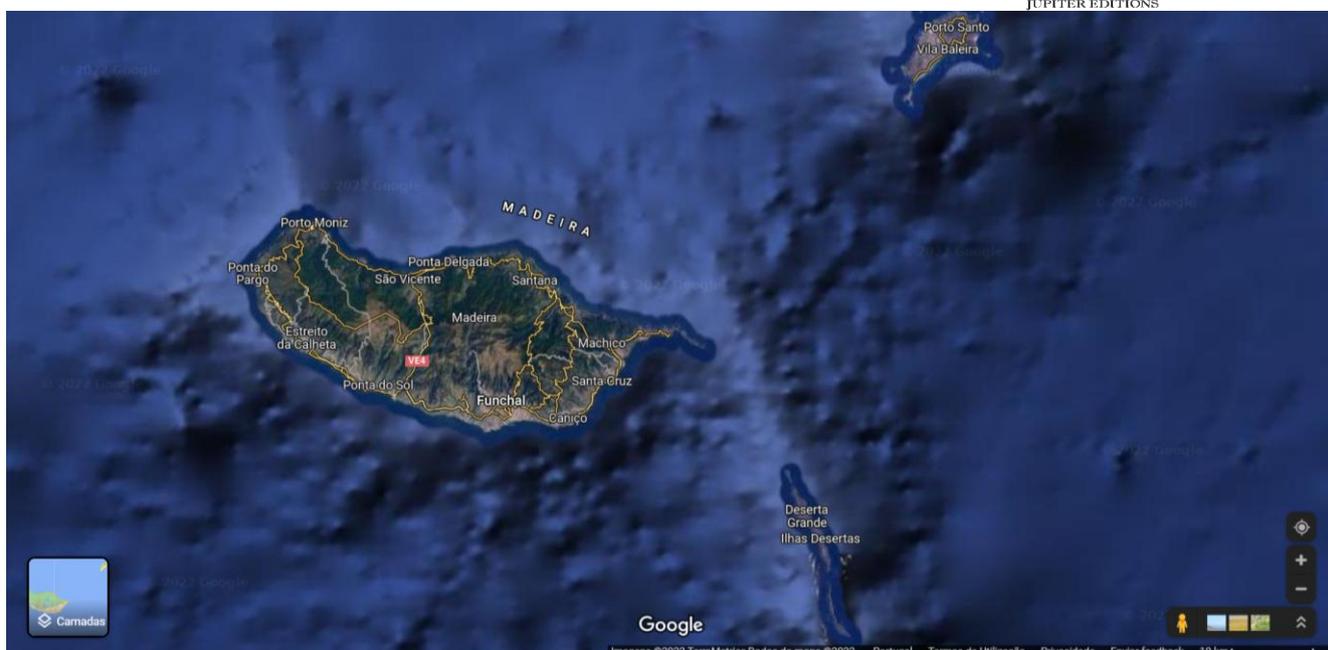
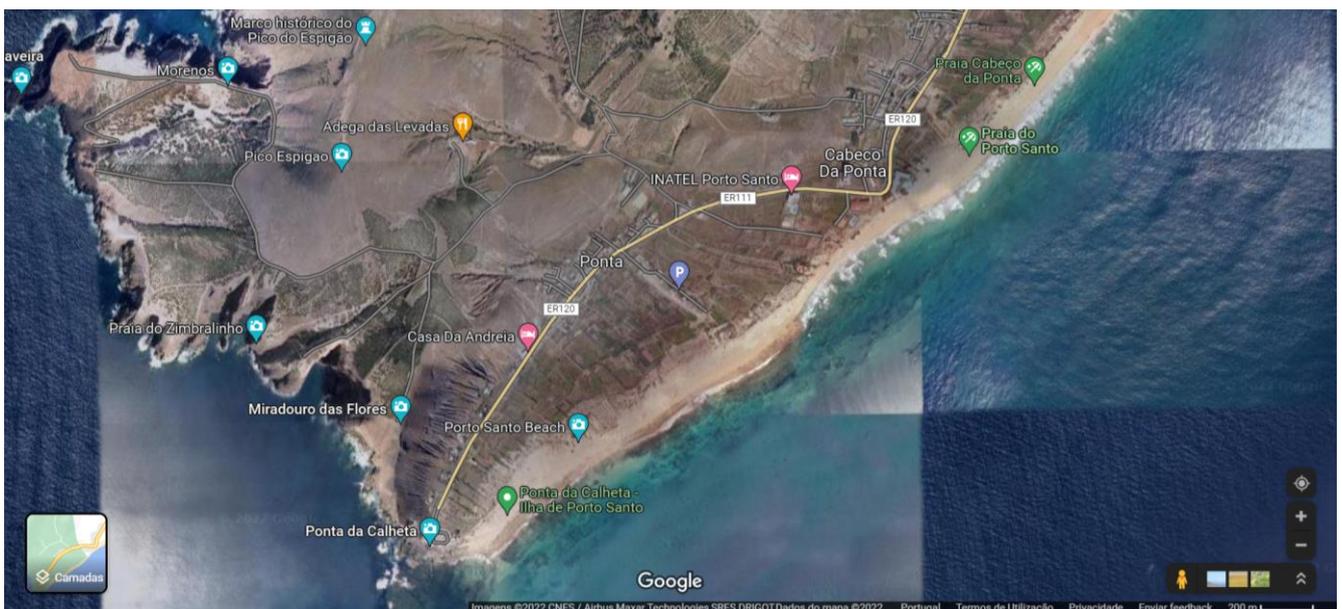


Capitão-de-guerra-e-mar Rui Manuel Rodrigues Teixeira,

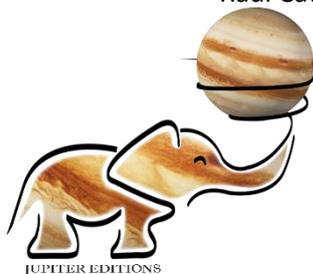
Em nome da Jupiter Editions quero agradecer-lhe pessoalmente a sua disponibilidade para responder ao 1º Jogo de 12 Perguntas de Entrevista ao Capitão de Guerra e Mar de Porto Santo para a Construção do Diário de Salva-Vidas de Porto Santo publicado online no Masons Diary da Jupiter Editions com o assunto da referência que foi enviada por email e que o 2º Comandante Capitão-de-Fragata teve a gentileza de contactar-me para lhe passar a mensagem do motivo da Entrevista tendo depois então dado-me o sinal para que enviasse as perguntas via-email pela sua impossibilidade de se deslocar a Porto Santo na altura para a entrevista. Agradeço-lhe por isso, desde já, a sua disponibilidade e interesse demonstrado em participar na Entrevista. Quero pedir ao Capitão para que se sinta francamente à vontade em não responder a qualquer questão que ache que seja inoportuna ou inconveniente podendo naturalmente deixar em branco sem qualquer justificação, passando à próxima pergunta. Como é típico da marca da Jupiter Editions o tempo real, ao mesmo tempo que se envia o 1º Jogo de 12 Perguntas ao Capitão também se publica online no Diário de Salva-Vidas de Porto Santo no Masons Diary do site da Jupiter Editions, enviando-se no email o link direto para o Diário. As respostas do Capitão serão publicadas no mesmo link em ficheiro PDF na sequência do Diário, consistindo assim a resposta do Capitão ao 1º Jogo de Perguntas uma natural autorização tácita em como o Capitão autoriza que as suas respostas fiquem públicas no site da Jupiter Editions www.jupitereditions.com especificamente no Diário de Salva-Vidas de Porto Santo aberto no Masons Diary da Jupiter Editions.

Raul Catulo Morais 21/06/2022





1. Em Portugal continental o ano passado o governo decretou que a jurisdição e gestão das praias seria retirada das capitánias e entregue às câmaras municipais, passando as câmaras municipais a ser a nova entidade adjudicante nos concursos públicos das concessões das praias. O governo regional da Madeira seguiu a mesma direção, isto é, em Porto Santo é agora a câmara municipal a responsável pela concessão das praias de Porto Santo ou o governo regional da Madeira com a sua autonomia preferiu não seguir a direção mantendo-se por isso as praias no poder da Capitania?
2. A Jupiter Editions entende que quem deve ter o poder das praias são as Capitánias do Porto e não as Câmaras Municipais como é o argumento do Processo nº666 da Ilha dos Piratas em



que as Capitánias estão mais perto da realidade dos mares e às Leis do Mar do que as Câmaras Municipais não fazendo qualquer sentido tal decisão do governo em retirar as praias às Capitánias e ter entregue às Câmaras Municipais, retirando algum poder e autonomias às próprias Capitánias, defendendo a Jupiter Editions que as praias devam voltar ao poder das Capitánias. Concorda com a Jupiter Editions?

3. A Jupiter Editions liga muito à Transparência dos Concursos Públicos e à Saudável Competição dos Mercados. Uma das medidas alternativas que a Jupiter Editions defende através das suas obras é criar-se uma Plataforma Digital gratuita e transparente para todos com uma linguagem simples e fácil em que seja público todas as concessões em que apareça o titular da concessão, as condições em que foi atribuída a concessão e o concurso público com o respetivo Caderno de Encargos e o prazo da concessão, para que outros que queiram também concorrer à concessão possam se ir preparando. A Jupiter Editions entende que no caso das praias deva haver uma Harmonização das Regras do Concurso em que o prazo máximo que um concessionário possa ter uma praia em seu poder seja 3 anos, devendo ir depois a Concurso Público, podendo, no entanto o concessionário ir “ganhando” mais 1 ano de Poder se tiver cumprido o Caderno de Encargos e se não aparecer nenhuma outra proposta melhor ou nenhum outro concessionário mais Empático, mais Humano, mais Ecológico e mais Sustentável nos Concursos. Concorda?
4. A Jupiter Editions classifica um Concessionário como (“Mais”) Empático, Humano, Ecológico e Sustentável, aquele concessionário que ficou ou que quer ficar com uma praia mas para pagar ordenados de felicidade aos seus salva-vidas e colaboradores do bar ou restaurante como empregados de mesa e cozinheiros, chamando-os a participar no final nos lucros da concessão para redistribuir a riqueza com o capital humano que segurou a concessão e colaborou a sério com a parte imediata da riqueza da concessão, que se esforçou na construção ou manutenção de acessos para pessoas de mobilidade reduzida, que organizou ou incentivou à realização de simulacros e à boa condição física dos salva-vidas através de incentivos monetários ou subsídios de exercício e alimentação, que preocupou-se ou que está preocupado na escolha dos materiais da sua concessão preferindo materiais em bambo, couro vegetal ou imitação da madeira e evitando os plásticos e outros materiais poluentes, que organizou ou incentivou à limpeza de uma extensão de praia considerável “para os lados de fora” da sua concessão. Assim, a Jupiter Editions entende como fundamentais para o Concorrente ganhar a Concessão de Praia no Concurso Público os Critérios Sociais e os Critérios Ambientais devendo ser esses os que mais devem pesar, devendo por isso ganhar aquele Concorrente que vai pagar um ordenado mais alto aos salva-vidas e que nas Compras dos Materiais e Móveis para a sua Concessão só vai comprar materiais ecológicos ou sustentáveis (a não ser que adquira móveis ou materiais em 2ª mão). Concorda com a Jupiter Editions?
5. Quando Raul Catulo Morais aterrou em Porto Santo soube da Intriga que incluiu no Diário de Salva-Vidas de Porto Santo para o argumento-fantasia da Guerra Concessionário e do Jogo de Batalha Naval, que o concessionário que ficou com a concessão de praia da frente mar do Hotel Vila Baleira obrigou-se a pagar no mínimo aos salva-vidas 2.000€ líquidos, obrigando à retirada do Concurso do outro Concorrente que ficou com a concessão de praia da frente mar do Hotel Pestana e que viu que ia conseguir pagar tal ordenado. No entanto, os salva-vidas que a trabalhar na concessão de praia da frente mar do Hotel Vila Baleira estão só a receber de ordenado líquido 900€. É verdade que este requisito-obrigação do ordenado mínimo líquido a pagar aos salva-vidas ser 2.000€ constava no Caderno de Encargos do Concurso Público ou faz só parte da Intriga do argumento-fantasia do Diário de Salva-Vidas?
6. Na “mesma aterragem”, Raul Catulo Morais soube que quem tinha ganho a concessão do restaurante na Ponta da Calheta tinha sido um dos 3 grupos ou um dos sócios dos 3 grupos, o

Grupo Sousa, o Grupo Vila Baleira ou o Grupo Pestana. Qual dos grupos é que ganhou realmente a concessão? A informação que foi chegada a Raul Catulo Morais e aos ouvidos da Jupiter Editions é que a concessão tinha sido atribuída por 20 anos por si, Capitão... É verdade? Foi o Capitão que deu a concessão a um dos grupos por 20 anos? Se foi o Capitão, não acha que 20 anos é muito tempo para dar uma concessão a um grupo milionário para explorar mais um bocado da terra de Porto Santo? Raul Catulo Morais passou pelo restaurante com os olhos da Jupiter Editions e viu como os empregados de mesa e como a cozinha trabalhava numa “loucura” de stress. Pela “loucura” de stress Raul Catulo Morais não conseguiu perguntar aos empregados de mesa ou aos cozinheiros quando é que recebiam de ordenado, mas deduziu que deveriam receber pouco mais do que o ordenado mínimo. Raul Catulo Morais também não teve acesso às contas do restaurante, mas num cálculo simples e pelo relato dos locais viu que o restaurante era capaz de faturar bem. Não concorda que neste tipo de casos, em que estamos a falar de concessões e “pequenino achados milionários” os titulares ou donos da concessão devam ser obrigados a chamar os seus colaboradores para participarem nos lucros da empresa no final do exercício económico como todos os sócios e como se tratassem os colaboradores de verdadeiros “sócios de indústria”, ou seja, os colaboradores são chamados a participar nos lucros da concessão como sócios não por terem entrado com capital para a concessão/ empresa, mas por terem entrado com o seu trabalho (daí a designação de “sócios de indústria”? A Jupiter Editions e Raul Catulo Morais a olharem de cima do Miradouro para esta concessão e a ligarem esta concessão aos grupos que dominam milionariamente o Poder em Porto Santo e na Ilha da Madeira ficam “quase sem veias” porque estão a ver os trabalhadores cansados, infelizes e a receberem uma miséria de ordenado que não se justifica quando por trás estão empresários de renome com uma enorme experiência de mercado. O Capitão também fica com esta sensação “quase sem veias”? Senão consegue pelo menos compreender o Código da Mensagem? Não se arrepende por isso de ter atribuído a licença por 20 anos a pessoas que estão a praticar uma “escravatura legal moderna invisível e inteligente de século XXI”? Para este tipo de casos o que a Jupiter Editions com a sua Nave Espacial nº 999 por cima desta concessão vê de forma muito tecnológica e por isso simples e automática é que os empregados de mesa e os cozinheiros que colaboram com a riqueza da concessão devam ser chamados a participar nos lucros da concessão numa determinada percentagem justa e que os seus ordenados sejam pelo menos aumentados em mais 1000€ sob pena de se dar a Inversão do Título e passarem a ser os próprios colaboradores que sejam o Capital Humano Mais Importante e Mais Afeto ao Tipo de Negócio a tornarem-se donos do negócio e a manterem-se os donos até a um novo Concurso Público. Concorda com o pensamento filosófico da Jupiter Editions e de Raul Catulo Morais ou acha que é um pensamento demasiado extraterrestre para o Século XXI? Está arrependido de ter concedido a licença da concessão a um dos 3 grupos ou mesmo que não tenha sido o Capitão, não acha que quem concedeu se deva sentir arrependido? Ainda que a concessão não tenha sido concedida por 20 anos e faça só parte de uma Intriga, não concorda com o pensamento da Jupiter Editions? Se foi o Capitão que atribui e se o Capitão estiver arrependido e por isso no Pleno Direito de Revogar a Concessão, a Jupiter Editions tem uma ideia, tem uma Intriga. Quando foi dito a Raul Catulo Morais que no Caderno de Encargos do Concurso Público da Concessão de Exploração do Restaurante da Ponta da Calheta constava o Encargo de o concessionário comprometer-se a contratar um Nadador-Salvador, a Jupiter Editions ouviu e não se esqueceu que quando passou na Ponta da Calheta não viu nenhum Nadador-Salvador, tendo fotografado, anexando-se as fotografias como provas no final da entrevista. Ora, por aqui, seria fácil retirar a concessão ao grupo... No entanto, parece que há uma Intriga que defende maçonicamente à prova de bala no Jogo de Batalha Naval o “barco-restaurante” do grupo... É que ao que parece o encargo que aparecia da obrigação do Nadador-Salvador que aparecia no Caderno de Encargos “sumiu” misteriosamente, parece que uma “Mão Invisível” editou a obrigação ao mesmo tempo que alterou a Classificação da Praia da Ponta da Calheta em que com a “Nova Classificação” deixava de ser necessário contratar-se um Nadador-Salvador livrando “o peso” do barco-restaurante com o Encargo do

Nadador-Salvador. A Intriga é que no momento em que aparecia o Encargo, tal afastou outros potenciais concorrentes que viram logo que não seria difícil manter-se ali um Nadador-Salvador “saltando fora do barco” e que quando “os outros” saltam fora do barco, “se fechou a porta” e se editou a classificação da praia e apagou-se o Encargo. Senhor Capitão, esta Intriga é verdade ou tão-só existe de verdade como um Argumento-Fantasia do Diário de Salva-Vidas na Guerra Concessionário e no Jogo de Batalha Naval?

7. Para fechar o Jogo de Intrigas e nos afastarmos da Novela Marítima que nasceu com a construção do Diário de Salva-Vidas de Porto Santo a Jupiter Editions quer perguntar ao Senhor Capitão se é verdade que foi entregue ao comandante da Polícia Marítima de Porto Santo o comando do Hotel Vila Baleira para que o comandante pudesse entrar à vontade no hotel com a sua família e fazer as suas refeições. Tem conhecimento disto? Esta é uma Intriga que aparece no Diário de Salva-Vidas e a Jupiter Editions pretende também separar os elementos reais dos fantasiosos do Diário... Na linha do Jogo de Intrigas, o que foi escrito é que o comando já era para ter sido entregue a um outro elemento importante da Polícia Marítima como “suborno” só que o polícia não aceitou e foi por isso “corrido” da esquadra da Polícia Marítima de Porto Santo? Isto é verdade? A Jupiter Editions encara este tipo de situações com a maior descontração e naturalidade de ver as coisas. Na opinião da Jupiter Editions isto é errado, porque visto de cima da Montanha Jupiter debaixo de um dos picos de Porto Santo em que vemos “muito pequenino” o Hotel Vila Baleira, se quem continua com a Jurisdição, Gestão ou Poder de Influência da Concessão de Praia da Frente Mar do Hotel Vila Baleira é a Capitania e sendo óbvia a relação entre a Capitania e o Comando da Polícia Marítima em termos intuitivos da Sensibilidade do Direito isto não soa aos melhores ouvidos... No entanto, ao mesmo tempo, a Jupiter Editions defende que todos os polícias, todos, possam sim entrar livremente em todos os hotéis que ficaram direta ou indiretamente com os títulos de concessão para se dirigirem naturalmente aos restaurantes fazendo as refeições como uma cantina. A Jupiter Editions vê isto Natural. Mas tal cortesia deve ser estendida aos Salva-Vidas e não ser uma Incerteza ou Negócio dos Salva-Vidas no momento de contratar com os concessionários. Assim, o que a Jupiter Editions vê como absolutamente natural é os hotéis ou restaurantes nas praias terem um Menu para os nadadores-salvadores e membros da Autoridade Marítima e que numa Internet Natural das Coisas, para o caso de Porto Santo, os elementos da polícia possam comer onde quiserem, não é nenhum “peso” e em termos práticos é mais do que possível. A entrada da Polícia Marítima nos hotéis e nos restaurantes torna-se importante para ficarem também mais perto do Staff e poderem ouvir os relatos e colaborarem com o Sistema contra a Escravatura e as Más Condições de Trabalho. Mas voltando à Intriga do Comando, a ser verdade, qual é a sua opinião? Mesmo que não seja verdade, se isto “chegasse aos seus ouvidos” o que faria e que poderes teria para “tirar” o comando se achasse que deveria tirar o comando?
8. Em Portugal Continental muitas vezes existe em algumas praias “pressão” da Polícia Marítima junto dos salva-vidas com até um conluio da polícia com os concessionários silenciando determinadas más práticas do concessionário, como por exemplo, concessionários que “metem” os salva-vidas a cobrar colmos, ou “mandam” os salva-vidas fazer tarefas que são estranhas às suas atividades como despejar lixos, os vigiam e os monitorizam à distância com tecnologias como câmaras, drones e binóculos e limitando a liberdade de movimentos dos salva-vidas dizendo por exemplo que não podem sair do posto de vigia ou só podem ir “uma vez” ou “três vezes” à água, quando é muito mais vantajoso o nadador-salvador estar na água, desde que obviamente esteja com os meios de salvamento. Tem conhecimento se este tipo de “atmosfera” também se vive em Porto Santo ou é completamente diferente? Enquanto Capitão, se soubesse que hipoteticamente o Hotel Pestana ou que o Hotel Vila Baleira estavam a praticar as mesmas práticas, tal seria na sua opinião motivo para a retirada da licença de concessão de praia? O Capitão tem esse Poder, para a meio da Época Balnear

revogar o título da concessão ou tem de esperar até ao final da época balnear ou pode iniciar um novo Concurso Público Urgente?

9. A Jupiter Editions tem como filosofia plantar uma árvore + limpar 1 metro quadrado de mata + 1 metro quadrado de praia + comprar uma lata de grão ou feijão + um pacote de massa ou arroz para entregar a pessoas-alvo ou famílias-alvo em Missão de Combate à Fome, tendo também como Missão o projeto de Apoio aos Salva-Vidas que sejam Member Readers ou Member Writers apoiando o patrocínio jurídico do salva-vidas e reportando na sua atividade editorial as condições e experiências de trabalho dos salva-vidas, tendo por isso, através dos relatos e das obras da Jupiter Editions informação das péssimas condições de trabalho a que estão sujeitos os salva-vidas. Neste sentido a Jupiter Editions defende que os próprios salva-vidas possam poder concorrer aos Concursos Públicos das Explorações das Praias, Lagos, Rios e Piscinas onde depois vão trabalhar em parceria com outros salva-vidas, podendo concorrer no Concurso só com a sua profissão, dispensando-se no momento do concurso que seja empresário ou que tenha atividade económica aberta nas finanças e que se dispensa a caução para poder facilitar a sua entrada no concurso. Neste sentido já não seria estranho os nadadores-salvadores cobrarem os colmos, porque serem os próprios donos do negócio, uma vez titulares da concessão. Concorda com a ideia? E o que acha da Filosofia e das Missões da Jupiter Editions?

10. Como sabemos, quem assegura atualmente a ligação do Funchal para o Porto Santo é o Grupo Sousa com o barco Lobo Marinho. A atribuição da concessão de exploração de navegação e da própria exploração do porto marítimo do Funchal e do Porto Santo ao Grupo Sousa apareceu numa das obras da Jupiter Editions, n' *O Algoritmo do Amor* de Jaime Maria Bayamonde da Costa Ayala. O episódio está online no site da Jupiter Editions na página de Jaime da Costa Ayala no demo “Caderno de Encargos”. No episódio a personagem Joa, filho de Albert, amigo do capitão de guerra e mar de Porto Santo, depois de ouvir “a lição” de Direito dos Contratos Públicos sobre o que era o Caderno de Encargos de Jaime, namorado de Fred, também outro filho de Albert que foi depois como salva-vidas para Porto Santo e para a Ilha dos Piratas, e depois de ouvir como foi feito o Concurso Público do Lobo Marinho, afirma com a sua inocência a facilidade de se viciar um Concurso Público e se facilitar a concessão milionária para um determinado grupo ou empresa. A novela d' *O Algoritmo do Amor* não incluiu a intriga do presidente João Alberto Jardim que saiu nos jornais da altura, como no Público, de ter favorecido o grupo Sousa na concessão para a exploração da linha marítima com o barco Lobo Marinho. No entanto, pergunta-se ao Capitão, o prazo da concessão já não foi ultrapassado e não devia a concessão voltar a Concurso Público? A Capitania ou o Capitão conseguem interferir diretamente ou influenciar a decisão da atribuição deste tipo de concessões marítimas, por exemplo, aconselhando ou dando o seu parecer? Senão, o Capitão, da sua experiência, acha que seria importante o Capitão do Porto de Porto Santo e do Porto do Funchal (ainda que seja a mesma figura) serem elementos importantes no Júri? No entanto, a serem elementos importantes, diz-nos e indica-nos o Código do Processo Administrativo que se devem escusar de presidir o júri nos Concursos Públicos quando exista afinidade entre os jurados e as empresas ou os sócios das empresas a concurso... Se o Capitão for amigo do grupo Sousa e num próximo Concurso Público o Capitão estiver sentado na Mesa do Júri onde aparece o Grupo Sousa como concorrente para ficar, mais uma vez, com a concessão da linha marítima entre o Funchal e o Porto Santo, acha que deve escusar-se de se sentar na Mesa do Júri ou acha que “nada tem que ver com nada”? Mesmo que não seja o Capitão a sentar-se na Mesa do Júri, colocado nas reais circunstâncias de um outro capitão, considera importante o outro capitão escusar-se de influenciar ou votar se está presente um grupo ou uma empresa do qual é amigo e se senta com o grupo na sua vida social ainda que formalmente?

11. A Jupiter Editions preocupa-se imenso com o Ambiente e com Ecologia defendendo que no Braço de Ferro do Mercado, as Leis da Ecologia tenham sempre de ganhar às Leis da Economia, porquanto a Leis da Economia tal como as Leis do Direito sejam uma Pura Fantasia e sejam aquilo que os homens querem ver como suas “fantasias” no mercado. Fala-se muito, cada vez mais, de Sustentabilidade e da “Eletrificação”. A Jupiter Editions não vê com muitos bons olhos a questão da “Eletrificação” da forma como está a ser “publicitada” e como as agendas incluíram hipocritamente o tema; isto porque temos as Ciências da Física e da Química e classes de Engenheiros que nos indicam que, por exemplo, a produção dos carros elétricos é muito mais poluente do que a vida útil de um carro não elétrico, sendo a melhor solução aos olhos da Jupiter Editions no investimento da gasolina sintética, produzida em laboratório, em que não há o aumento de átomos de carbono. Uma outra grande solução e que aparece em teatro nos *Autores do Sistema* de Sebastião Lupi-Levy é a proteção das baleias, que são mamíferos que conseguem diminuir os átomos de carbono. No entanto, para se proteger as baleias, talvez não se possam proteger determinados barcos-baleias que poluem os oceanos e prejudicam não só a saúde das baleias como de toda a Vida Marinha. Por isto, a Jupiter Editions entende e está mais preocupada é que o investimento da eletrificação seja mais no ar e nos oceanos e não tanto, para já, na terra (enquanto melhor Informação de Mercado não chegar e enquanto não houve um Consenso se a produção de carros elétricos com as baterias atuais é ou não mais prejudicial do que os carros não elétricos). A preocupação da Jupiter Editions com o investimento de barcos e cruzeiros elétricos, bem como, de aviões elétricos tem que ver diretamente com a proteção dos oceanos e da Vida Marinha. Por exemplo, onde o Lobo Marinho existe uma importa reserva de Focas-Monge, espécie ameaçada. A própria água cristalina de Porto Santo e da Madeira é um grande indicador de esperança que ainda é possível proteger. Mas a Jupiter Editions vê o Lobo Marinho como uma ameaça e no Jogo de Batalha Naval aponta-lhe a Mira. Uma vez que já existe um Cruzeiro elétrico com capacidades superiores às do Lobo Marinho de velocidade, podendo fazer a travessia de Porto Santo ao Funchal em menos de 40 minutos, com as dimensões que cabem no Porto de Porto Santo e no Porto do Funchal que também é capaz de transportar carros e passageiros, não estará na hora de “mandar um tiro” ao Lobo Marinho? Se a tripulação do Lobo Marinho que segura o barco não recebe ordenados de felicidade quando o Lobo Marinho é capaz de faturar milhões ou já tenha faturado milhões, não estará na hora de mandar um tiro no Jogo de Batalha Naval ao grupo Sousa? Perante os dados, ao Capitão não soa um pouco que o Grupo Sousa não merece os privilégios marítimos que lhe foram concedidos?
12. Como descreve o importante e positivo trabalho da Capitania e da Polícia Marítima como “instituições” máximas para a guarda da vida costeira que se vive em Porto Santo, Capitão?

Raul Catulo Morais com Todos os Direitos Reservados com Jupiter Editions

